



Procedimento n.º 536/2022

CADERNO ENCARGOS

Concurso Público

Aquisição de licenciamento de software
de base e serviços conexos



IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.
AVENIDA DE ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA
1000-042 LISBOA | PORTUGAL

T+351 217 810 700
WWW.INCM.PT

CAPITAL SOCIAL € 30 000 000
NIPC 500 792 887
CRC LISBOA



PARTE I Cláusulas Jurídicas

Capítulo I

Disposições Gerais

Cláusula 1.^a

Enquadramento e Objeto

1. A Imprensa Nacional Casa da Moeda, S.A., com sede na Avenida de António José de Almeida, Edifício Casa da Moeda, em Lisboa, com o número único de matrícula na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa e de pessoa coletiva 500 792 887, com o capital social de 30.000.000€, adiante designada como INCM, no âmbito do procedimento n.º 536/2022, pretende celebrar um contrato para aquisição de licenciamento de software de base e serviços conexos, com o CPV 48000000-8 - *Pacotes de software e sistemas de informação*, nos termos e condições definidos no presente caderno de encargos e respetivos anexos.
2. As especificações e características técnicas dos bens e serviços descritos no número anterior, encontram-se estabelecidas na Parte II do presente caderno de encargos.

Cláusula 2.^a

Contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativas ao Caderno de Encargos;
 - c) O presente Caderno de Encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos (CCP) e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.



IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.
AVENIDA DE ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA
1000-042 LISBOA | PORTUGAL

T +351 217 810 700
WWW.INCM.PT

CAPITAL SOCIAL € 30 000 000
NIPC 500 792 887
CRC LISBOA



Cláusula 3.^a

Obrigações do adjudicatário

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável e no presente caderno de encargos, da celebração do contrato decorrem para o adjudicatário as seguintes obrigações:

1. Obrigação de prestar os serviços e fornecer os bens de acordo com o estabelecido no caderno de encargos e na proposta adjudicada;
2. Obrigação de garantia de boa prestação de todos os serviços contratados e bens fornecidos, com a diligência e qualidade requeridas para o tipo de serviços em causa;
3. Obrigação de recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação dos serviços, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.
4. Obrigação de cumprir as regras de segurança impostas pela INCM;
5. Assegurar o cumprimento das disposições legais em vigor, no que respeita a matéria de gestão ambiental;
6. Cumprir a legislação laboral portuguesa sobre Segurança e Saúde no Trabalho e a não recorrer, a:
 - a) trabalho infantil, tal como definido pela Organização Internacional do Trabalho;
 - b) qualquer forma de trabalho forçado, conforme consagrado na Declaração Universal dos Direitos do Homem;
 - c) discriminação dos seus trabalhadores em função de sexo, religião, estado civil, situação familiar, idade, nacionalidade, origem étnica, deficiência, convicções políticas ou ideológicas, filiação sindical ou qualquer outro critério.
7. Cumprir a legislação ambiental portuguesa e melhorar continuamente o seu desempenho e a utilização dos recursos naturais por forma a minimizar os impactos negativos da sua atividade no meio ambiente;
8. Caso a execução dos serviços implique o acesso às instalações por colaboradores ou subcontratados do adjudicatário, estes comprometem-se ao integral cumprimento das regras das Boas Práticas de Ambiente, Segurança e Higiene no Trabalho, conforme Anexo I ao caderno de encargos.

Cláusula 4.^a

Local de prestação dos serviços

1. Os serviços de fornecimento de licenciamento de software de base e serviços conexos, previstos no presente caderno de encargos serão realizados remotamente.



IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.
AVENIDA DE ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA
1000-042 LISBOA | PORTUGAL

T +351 217 810 700
WWW.INCM.PT

CAPITAL SOCIAL € 30 000 000
NIPC 500 792 887
CRC LISBOA



2. Sempre que necessário, para efeitos de reuniões convocadas pela INCM, um representante da adjudicatária deslocar-se à sede da INCM, sem qualquer imputação de custos a esta.
3. Alternativamente, a entidade adjudicante poderá optar conduzir a reunião mencionada no número anterior remotamente.

Cláusula 5.^a

Preço base

O preço máximo que a INCM se dispõe a pagar pela totalidade das prestações objeto do contrato, as quais devem incluir todos os custos a considerar para o fornecimento objeto do presente procedimento é de 1 542 475,74 EUR (um milhão, quinhentos e quarenta e dois mil, quatrocentos e setenta e cinco euros e setenta e quatro cêntimos), ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor.

Cláusula 6.^a

Preço contratual

1. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, a INCM pagará ao adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à INCM, incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças e outros direitos de propriedade industrial.
3. Durante a vigência do contrato não haverá lugar a revisão/atualização do preço contratado.

Cláusula 7.^a

Condições de pagamento

1. Os pagamentos serão efetuados no prazo de 60 dias (sessenta) dias a contar da data da apresentação da fatura na INCM, que só pode ocorrer após a entrega do licenciamento.
2. Considera-se como data de pagamento a data em que a INCM ordenar a transferência bancária.
3. Quaisquer pagamentos antecipados relativamente à entrega dos bens, pagamentos contra a entrega dos bens ou prévios à assinatura do correspondente protocolo de aceitação, só serão efetuados com a contrapartida de uma garantia bancária *on first demand*, conforme minuta em anexo II (GB), de igual montante, válida até 30 (trinta) dias depois da data de entrega, prestada e comprovada antes de se efetuar o respetivo adiantamento/pagamento.



IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.
AVENIDA DE ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA
1000-042 LISBOA | PORTUGAL

T +351 217 810 700
WWW.INCM.PT

CAPITAL SOCIAL € 30 000 000
NIPC 500 792 887
CRC LISBOA



4. Em caso de atraso no cumprimento das obrigações pecuniárias por parte da INCM, o adjudicatário tem direito a juros de mora sobre o montante em dívida, de acordo com a legislação em vigor¹.

Cláusula 8.^a

Dever de Confidencialidade

1. O Adjudicatário compromete-se a garantir a confidencialidade e proteção da informação identificada como protegida, confidencial ou com outra expressão de igual significado, que lhe seja revelada pela INCM, ao abrigo ou relacionado com a execução do presente contrato ou com a finalidade fixada no n.º 3 do presente artigo.
2. Por informação protegida ou confidencial, adiante designada globalmente por “Informação”, entende-se toda a informação, de qualquer natureza (quer seja oral, escrita, eletrónica ou sob qualquer outra forma), direta ou indiretamente relacionada com a INCM, ativos, passivos ou assuntos financeiros, disponibilizadas pela mesma ou em seu nome, juntamente com qualquer informação resultante e quaisquer análises, compilações, estudos ou outros materiais preparados pelo Adjudicatário ou em seu nome, e que contenham ou reflitam de outro modo ou sejam geradas (na totalidade ou em parte) a partir de tal informação.
3. A Informação divulgada pela INCM tem como finalidade exclusiva a aquisição e renovação de licenciamento de software Adobe, pelo que o Adjudicatário deverá garantir o sigilo relativamente a toda a informação referida no número anterior, obrigando-se a não usar, divulgar ou ceder a qualquer título a informação divulgada pela INCM para qualquer outra finalidade distinta da aqui estipulada, salvo autorização por escrito desta última.
4. O Adjudicatário obriga-se (i) a adotar todas as medidas necessárias para impedir o uso indevido da informação por qualquer pessoa que a ela não tenha necessidade de ter acesso e (ii) a assegurar os meios adequados à prevenção do extravio ou perda da informação, comunicando sempre à INCM a ocorrência de incidentes desta natureza, ainda que esta comunicação não exclua a sua responsabilidade.
5. O Adjudicatário obriga-se a restituir (i) qualquer cópia, excerto ou parte dos elementos da Informação referidos no n.º 2, no prazo de 8 (oito) dias, após solicitação escrita da INCM, bem como (ii) toda a informação divulgada pela INCM findo o presente acordo, após solicitação escrita deste.
6. A Informação é propriedade exclusiva da INCM ou de terceiras entidades, pessoas singulares ou coletivas que com esta mantenham relações comerciais ou outras.

¹ Nos termos do n.º 6 do art.º 26.º do Decreto-Lei n.º 53/2022, de 12 de agosto, o atraso de pagamentos está sujeito ao estabelecido na Lei n.º 3/2010, de 27 de abril e no Decreto-Lei n.º 62/2013, de 10 de maio.



IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.
AVENIDA DE ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA
1000-042 LISBOA | PORTUGAL

T+351 217 810 700
WWW.INCM.PT

CAPITAL SOCIAL € 30 000 000
NIPC 500 792 887
CRC LISBOA



7. A divulgação da Informação ao Adjudicatário não lhe concede qualquer direito de propriedade intelectual, nem legitimidade para requerer proteção sobre quaisquer direitos ou licença sobre qualquer registo ou pedido de registo de direito de propriedade industrial relacionado com aquela informação.
8. A INCM não se responsabiliza, direta ou indiretamente, no âmbito do presente acordo, pela eventual violação de direitos de terceiros, designadamente, em sede de direitos de autor ou de propriedade industrial, por parte do Adjudicatário.
9. O Adjudicatário aceita e reconhece que o presente acordo não limita o direito da INCM de modificar a respetiva informação, sem disso lhe dar prévio conhecimento.
10. Tais modificações não implicam qualquer responsabilidade para a INCM, nem a obrigam a desenvolver, anunciar, entregar, manter ou financiar quaisquer produtos ou planos de negócio baseados naquela Informação.
11. O Adjudicatário deve limitar a divulgação da Informação aos seus trabalhadores, colaboradores ou entidades subcontratadas, no âmbito do estritamente necessário à finalidade prevista no presente acordo, fornecendo-lhes as instruções adequadas a esse efeito e celebrando com estes equivalente compromisso escrito de confidencialidade, sendo integralmente responsável perante a INCM quanto ao cumprimento, por aqueles, dos compromissos ora fixados, podendo este, a todo o tempo, exigir ao Adjudicatário prova da celebração daqueles acordos.
12. O presente acordo entra em vigor na data da sua assinatura por ambas as partes, ficando o Adjudicatário vinculado ao presente compromisso de confidencialidade por um período de 15 (quinze) anos, contados desde a data da última divulgação de Informação ao abrigo do presente acordo, com exceção da informação relativa a dados pessoais, cuja confidencialidade não tem termo.
13. Exclui-se do dever de confidencialidade previsto na presente cláusula qualquer elemento da Informação: (i) cuja divulgação tenha sido expressamente autorizada pela INCM; (ii) que até ao momento da divulgação tenha sido publicado, tornado público ou que, de outra forma não possa ignorar-se pertencer ao domínio público; (iii) tornado público após a divulgação ou pertencente ao domínio público por motivo não imputável ao Adjudicatário, a título de dolo ou negligência; (iv) que o Adjudicatário possa provar, por exibição de suporte escrito, ter na sua posse em momento prévio ao seu recebimento por parte da INCM; (v) recebida pelo Adjudicatário de terceiros sem dever de confidencialidade, desde que estes tenham o direito de fornecer essa informação e que a mesma não tenha sido obtida por estes direta ou indiretamente da INCM sob condição de confidencialidade; (vi) que o Adjudicatário seja obrigado, por lei ou decisão judicial, a divulgar, desde que este notifique imediatamente a INCM e coopere de forma razoável com os esforços empreendidos por este para



IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.
AVENIDA DE ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA
1000-042 LISBOA | PORTUGAL

T+351 217 810 700
WWW.INCM.PT

CAPITAL SOCIAL € 30 000 000
NIPC 500 792 887
CRC LISBOA



- contestar ou limitar o âmbito de tal divulgação; (vii) que seja desenvolvida de forma independente pelo Adjudicatário.
14. O ónus da prova de todas as exceções à obrigação de confidencialidade previstas no número anterior recai sobre o Adjudicatário.
 15. O não cumprimento da obrigação consagrada na presente cláusula constitui o Adjudicatário na obrigação de indemnizar a INCM por todas e quaisquer perdas, danos, responsabilidades, reclamações e despesas daí decorrentes.
 16. Sem prejuízo da obrigação de indemnizar acima mencionada, acrescerá, ainda, uma indemnização de 20% do valor do contrato, a qual será paga pelo Adjudicatário à INCM ao primeiro pedido emitido por esta última ao primeiro.
 17. O valor resultante das indemnizações aplicáveis ao Adjudicatário, por força do disposto dos dois números antecedentes, não pode ser superior ao valor contratual.

Cláusula 9.^a

Certificações e auditorias

Caso o Adjudicatário não seja detentor de certificação em alguma das normas ISO 34001, ISO 14298 ou na CWA 15374, bem como na ISO 27001 ou equivalentes, aceita sujeitar-se à realização de auditorias, por parte da INCM, ao abrigo dos requisitos destes normativos.

Cláusula 10.^a

Formação e Sensibilização

O Adjudicatário compromete-se a participar ou fazer participar os seus trabalhadores, colaboradores e entidades subcontratadas nas ações de formação que sejam promovidas pela INCM com vista a acautelar a segurança da Informação.

Cláusula 11.^a

Cessão da posição contratual e subcontratação

1. O Adjudicatário não poderá ceder a sua posição contratual ou quaisquer direitos e obrigações decorrentes do contrato, sem autorização prévia da INCM.
2. Na eventualidade de o Adjudicatário recorrer à subcontratação, este deve garantir a extensão das disposições de segurança de informação às entidades subcontratadas, bem como o cumprimento, por parte destas últimas, de todos os deveres e obrigações que são exigidas ao Adjudicatário, incluindo a sujeição a auditorias pela INCM
3. Para efeitos da autorização prevista no número anterior, deve:



IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.
AVENIDA DE ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA
1000-042 LISBOA | PORTUGAL

T+351 217 810 700
WWW.INCM.PT

CAPITAL SOCIAL € 30 000 000
NIPC 500 792 887
CRC LISBOA



- a) Ser apresentada pelo cessionário ou pelo subcontratado toda a documentação exigida ao adjudicatário no presente procedimento;
- b) Ser apresentada pelo cessionário ou pelo subcontratado uma declaração, nos termos da qual este se obriga a cumprir as regras relativas ao dever de confidencialidade, que delimitam a partilha e o acesso a informação confidencial, previstas no presente caderno de encargos.
- c) A INCM apreciar, designadamente, se o cessionário ou o subcontratado não se encontra em nenhuma das situações previstas no artigo 55º do CCP.

Cláusula 12.^a

Privacidade

No âmbito de execução do presente contrato, caso se verifique o tratamento de dados pessoais, este deve ser regulado mediante acordo, nos termos do n.º 3 do artigo 28.º do Regulamento UE 2016/679, o qual vincula o subcontratante inicial ou ulterior, por conta do responsável pelo tratamento (Anexo n.º III “Acordo de Subcontratação”).

Cláusula 13.^a

Utilização dos sistemas de informação

Caso a execução do contrato implique o acesso às instalações e a eventual utilização dos sistemas de informação da INCM por colaboradores ou subcontratados do adjudicatário, este compromete-se a garantir que os mesmos cumpram as regras de utilização dos sistemas de informação em vigor na empresa.

Cláusula 14.^a

Patentes, licenças e marcas registadas

1. Serão da responsabilidade do adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização, na execução do contrato, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.
2. Caso a entidade adjudicante venha a ser demandada por ter infringido, na execução do contrato, quaisquer dos direitos mencionados no n.º 1, fica o adjudicatário obrigado a indemnizar aquela por todas as despesas que venham a resultar da referida demanda.

Cláusula 15.^a

Valores éticos

O adjudicatário assume o compromisso de observar os valores éticos consagrados no Código de Ética e de Conduta da INCM, que se encontra disponível em https://www.incm.pt/portal/arquivo/incm/Codigo_Etica_e_Conduta.pdf.



IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.
AVENIDA DE ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA
1000-042 LISBOA | PORTUGAL

T+351 217 810 700
WWW.INCM.PT

CAPITAL SOCIAL € 30 000 000
NIPC 500 792 887
CRC LISBOA



Cláusula 16.^a

Penalidades

1. No caso de incumprimento dos prazos fixados no contrato e por causa imputável ao adjudicatário, aplicar-se-á a seguinte penalidade: 1% sobre o preço contratual global, por cada dia de atraso ao SLA incumprido previsto na cláusula 29.^a, desde que não ultrapasse 20% do preço do contrato.
2. Findo o prazo estabelecido e excedido o limite descrito no número anterior a INCM reserva-se o direito de resolver o contrato.
3. Caso as partes acordem na alteração das datas de prestação dos serviços, os atrasos serão contados a partir das novas datas acordadas.
4. A INCM pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias previstas nos termos da presente cláusula.
5. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a INCM exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 17.^a

Execução da caução

1. A caução prestada para o bom e pontual cumprimento das obrigações decorrentes do contrato, nos termos do Programa do Concurso, pode ser executada pela INCM, sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral, para satisfação de quaisquer créditos resultantes de mora, cumprimento defeituoso, incumprimento definitivo pelo prestador de serviços das obrigações contratuais ou legais, incluindo o pagamento de penalidades, ou para quaisquer outros efeitos especificamente previstos no contrato ou na lei.
2. A resolução do contrato pela INCM não impede a execução da caução, contanto que para isso haja fundamento.
3. A execução parcial ou total da caução referida nos números anteriores constitui o adjudicatário na obrigação de proceder à sua reposição pelo valor existente antes dessa mesma execução, no prazo de 10 dias após a notificação da INCM para esse efeito.
4. A caução a que se referem os números anteriores é liberada nos termos do artigo 295º do Código dos Contratos Públicos e restante legislação em vigor.

Cláusula 18.^a

Casos fortuitos ou de força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização,



IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.
AVENIDA DE ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA
1000-042 LISBOA | PORTUGAL

T+351 217 810 700
WWW.INCM.PT

CAPITAL SOCIAL € 30 000 000
NIPC 500 792 887
CRC LISBOA



alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do adjudicatário, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 19.^a

Resolução do contrato

1. O incumprimento, por uma das partes, dos deveres resultantes do contrato confere, nos termos gerais de direito, à outra parte o direito de rescindir o contrato, sem prejuízo das correspondentes indemnizações legais.
2. Sem prejuízo do disposto em sede de penalidades, caso alguma das partes não cumpra qualquer das obrigações para si emergentes do presente contrato, será notificada por escrito, pela parte não faltosa,



IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.
AVENIDA DE ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA
1000-042 LISBOA | PORTUGAL

T +351 217 810 700
WWW.INCM.PT

CAPITAL SOCIAL € 30 000 000
NIPC 500 792 887
CRC LISBOA



para proceder ao respetivo cumprimento no prazo máximo de 5 dias úteis após a receção da referida notificação.

Cláusula 20.^a

Cessão da posição contratual

1. O adjudicatário não pode ceder a sua posição contratual ou quaisquer direitos e obrigações decorrentes do contrato, sem autorização prévia da INCM.
2. Para efeitos da autorização prevista no número anterior, deve:
 - a) Ser apresentada pelo cessionário toda a documentação exigida ao adjudicatário no presente procedimento;
 - b) A INCM apreciar, designadamente, se o cessionário não se encontra em nenhuma das situações previstas no artigo 55.º do CCP.

Cláusula 21.^a

Prazo de vigência do contrato

O contrato mantém-se em vigor pelo prazo de 3 (três) anos, com início em 24.03.2023, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

Cláusula 22.^a

Prazo e local de entrega do objeto do contrato

1. O prazo para a disponibilização dos produtos (licenças), e dos serviços conexos, adquiridos no âmbito do presente contrato, deverá englobar todo o período contratual referido no artigo anterior.
2. Os serviços de assistência pós-venda devem ser disponibilizados remotamente e localmente na INCM, durante o prazo de vigência do contrato.
3. Caso o cocontratante apresente uma solução de base tecnológica diferente da existente atualmente na INCM, o cocontratante deve obrigatoriamente assumir a total ininterruptibilidade dos serviços prestados pela INCM desde a data de produção de efeitos do contrato, até ao momento em que a nova arquitetura tecnológica proposta é disponibilizada e aceite pela entidade adjudicante, sob pena de resolução sancionatória por incumprimento contratual.

Cláusula 23.^a

Gestão do Contrato

O adjudicatário deve nomear e identificar um gestor de contrato, cujos contactos devem ser facultados à INCM.



IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.
AVENIDA DE ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA
1000-042 LISBOA | PORTUGAL

T +351 217 810 700
WWW.INCM.PT

CAPITAL SOCIAL € 30 000 000
NIPC 500 792 887
CRC LISBOA



Cláusula 24.^a

Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 25.^a

Legislação e foro competente

1. A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente caderno de encargos aplica-se a legislação portuguesa e, em especial, o regime constante do Código dos Contratos Público, aprovado pelo D.L. n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na redação em vigor, e restante legislação em vigor, o qual prevalece sobre as disposições que lhe sejam desconformes.
2. Para todas as questões emergentes do contrato será competente o Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

PARTE II

Especificações técnicas

Cláusula 26.^a

Serviços

Requisitos do objeto do contrato

1. As especificações técnicas e funcionais do objeto do contrato e respetivas quantidades encontram-se definidas na Cláusula 29.^a do presente caderno de encargos.
2. O adjudicatário obriga-se a assegurar o cumprimento dos requisitos técnicos, funcionais, ambientais e outras, exigidos por lei para os produtos a disponibilizar, em cada uma das tipologias, no âmbito do presente procedimento.
3. O cocontratante deve assegurar a continuidade da infraestrutura tecnológica atualmente em utilização na INCM ou apresentar uma proposta de software de base tecnológica diferente da atual, incluindo todos os serviços associados, desde que garantam a ininterruptibilidade dos serviços prestados.
4. Nas especificações técnicas definidas, sempre que sejam indicadas marcas registadas de produtos e serviços de referência, por ausência de normalização e/ou impossibilidade de especificação

integral e/ou por serem os produtos e serviços atualmente em utilização no INCM, podem os concorrentes considerar na sua proposta produtos e serviços “equivalentes”.

5. Para efeitos do número anterior, o concorrente fica obrigado a demonstrar na sua proposta e à entidade adjudicante durante o processo de avaliação das propostas, através de análises de entidades de referência na área e/ou amostras, que os produtos e serviços propostos cumprem na íntegra e de forma inequívoca e equivalente as especificações técnicas, funcionais, ambientais e outras, requeridas na parte II do Caderno de Encargos, incluídos os formatos de software, integrações e compatibilidades com produtos e serviços de terceiros e outros requisitos necessários ao normal funcionamento do bem/serviço proposto, no ambiente onde estava a funcionar os produtos e serviços de referência apresentado no caderno de encargos, caso exista.
6. O concorrente fica ainda obrigado, no caso de apresentação de produtos e serviços equivalentes, a garantir a ininterruptibilidade dos serviços prestados pela INCM, a compatibilidade e a integração com produtos e serviços terceiros existentes, proceder adaptação, migração e conversão dos sistemas de informação e ficheiros existentes na INCM relativos aos produtos e serviços de referência indicados na parte II do Caderno de Encargos, sem perdas de funcionalidade, capacidade, desempenho, disponibilidade e segurança, bem como proceder à formação presencial na INCM, considerada necessária pela entidade adjudicante, de todos os utilizadores do novo produto / serviço proposto, sem custos adicionais.
7. Todo o software deve obedecer ao Regulamento Nacional de Interoperabilidade Digital (RNID), estabelecido na Lei n.º 36/2011, de 21 de junho, na redação em vigor.

Cláusula 27.^a

Especificações do objeto do contrato, quantidades e identificação do licenciamento

Com a outorga do contrato o adjudicatário obriga-se a fornecer à INCM, pelo prazo de 3 (três) anos os seguintes licenciamentos²:

QTD	CÓDIGO	DESCRIÇÃO
		Licenciamento Microsoft - RENOVAÇÃO EAS
		<u>As Is</u>
		Perfil 1
640	AAA-28605	M365 E5 Original Sub Per User
		Perfil 2
70	269-05623	Office Professional Plus ALng LSA
		Perfil 3
230	KV3-00381	Win Enterprise Device ALng Upgrade SA

² Para os devidos efeitos, bem como os previstos no n.º 7 do artigo 49.º do CCP, confrontar as Cláusula 26.^a e ss.



IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.
AVENIDA DE ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA
1000-042 LISBOA | PORTUGAL

T +351 217 810 700
WWW.INCM.PT

CAPITAL SOCIAL € 30 000 000
NIPC 500 792 887
CRC LISBOA



		Perfil 4
300	JFX-00003	M365 F3 FUSL Sub Per User
300	TRA-00065	Exchange Online P1 SU Exchange Online Kiosk Per User
300	8RU-00005	M365 F5 Security + Compliance Sub Add-on
		Perfil 5
30	T6A-00024	O365 E1 Sub Per User
30	FSZ-00002	Defender O365 P2 Sub Per User
		Produtos Adicionais
175	KXG-00002	Common Area Phone Sub Per Device
2	312-02177	Exchange Server Standard ALng LSA
3	V9B-00001	Teams Rooms Pro Sub Per Device
6	77D-00110	Visual Studio Pro MSDN ALng LSA
70	9EA-00039	Win Server DC Core ALng LSA 2L
		Produtos Adicionais
12	7SY-00002	Project P5 Sub Per User
11	N9U-00002	Visio P2 Sub Per User

Cláusula 28.^a

Arquitetura tecnológica atual

1. A atual arquitetura tecnológica da INCM é baseada na seguinte tecnologia:
 - a) Posto de trabalho baseado em:
 - a) Sistema operativo Windows;
 - b) Microsoft Office como ferramenta de produtividade, incluindo Outlook;
 - c) Microsoft Visio (alguns postos);
 - d) Microsoft Project (alguns postos);
 - e) Microsoft Teams (comunicações unificadas).
 - b) Infraestrutura servidor baseada em:
 - a) Microsoft Windows Server como sistema operativo de suporte aos serviços Microsoft (Active Directory, Exchange Server);
 - b) Microsoft Active Directory para os serviços de identidade e autenticação;
 - c) Microsoft Exchange para serviço de envio de email;
 - d) Servidor de File Share;
 - e) Microsoft System Center para a monitorização e gestão da infraestrutura e do Service Desk.



IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.
AVENIDA DE ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA
1000-042 LISBOA | PORTUGAL

T +351 217 810 700
WWW.INCM.PT

CAPITAL SOCIAL € 30 000 000
NIPC 500 792 887
CRC LISBOA



2. Os produtos atualmente licenciados na INCM são os seguintes:

Família de Produtos da Licença	Quantidade
Enterprise Mobility + Security E5	940
Exchange Online (Plan 1)	300
Microsoft 365 Business Standard	2
Microsoft 365 E5 Suite features	640
Microsoft Cloud for Sustainability vTrial	10000
Microsoft Defender for Endpoint P2	640
Microsoft Defender for Office 365 (Plan 2)	325
Microsoft Power Automate Free	10000
Microsoft Stream Trial	Unlimited
Microsoft Teams Phone Resource Account	25
Microsoft Teams Rooms Basic	1
Microsoft Teams Rooms Standard	14
Microsoft Teams Shared Devices	175
Office 365 E5	640
Power BI (free)	Unlimited
Power BI Pro	1
Power Pages vTrial for Makers	10000
Project Plan 5	16
Visio Plan 2	11
Windows 10/11 Enterprise E5	640
Windows 7 Enterprise	550
Windows Vista Enterprise	500
Office Professional	550
Visio Professional	15
Visual Studio Professional with MSDN Premium	6
Data Protection Manager Server	1
Data Protection Manager Standard Server Management License	7
Exchange Server - Enterprise	3
Exchange Server - Standard	5
Exchange Server Standard CAL - Device CAL	550
Forefront Threat Management Gateway Standard Edition - Per Processor	1
Operations Manager - Standard OML	30
Operations Manager Server w/ SQL	1
Project Server - Device CAL	15
SharePoint Server	1
SharePoint Server Enterprise CAL - Device CAL	5
SharePoint Server Standard CAL - Device CAL	550
SQL - Device CAL	550
SQL Server - Enterprise	4
SQL Server - Standard	10
SQL Server Enterprise - 1 Processor	8



IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.
AVENIDA DE ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA
1000-042 LISBOA | PORTUGAL

T+351 217 810 700
WWW.INCM.PT

CAPITAL SOCIAL € 30 000 000
NIPC 500 792 887
CRC LISBOA



SQL Server Standard - 1 Processor	1
System Center Configuration Manager	1
System Center Configuration Manager Client ML	550
Windows Server - Device CAL	550
Windows Server - Enterprise	23
Windows Server - Standard	43
Windows Server External Connector	4
Windows Server - Device CAL	100
Windows Server Standard Core	16

3. Processo de migração da arquitetura tecnológica (se aplicável):
 - a) Qualquer proposta de base tecnológica diferente da que está atualmente em utilização na INCM, deverá considerar todo o processo de adaptação, migração e conversão do software de base, aplicacional, ficheiros e serviços conexos, a formação de todos os utilizadores, os responsáveis pela gestão e administração da infraestrutura tecnológica atual e as equipas de desenvolvimento aplicacional, bem como a definição e execução do plano da gestão da mudança, tendo por princípio base que, o cocontratante garante a total ininterruptibilidade dos serviços prestados pela INCM.
 - b) No cenário de mudança da base tecnológica, diferente da atualmente existente, o cocontratante deve obrigatoriamente assumir a total ininterruptibilidade dos serviços prestados pela INCM, desde a data de produção de efeitos do contrato, até ao momento em que a nova arquitetura tecnológica proposta é disponibilizada e aceite pelo contraente público.
 - c) Para efeitos do presente procedimento, considera-se a ininterruptibilidade dos serviços prestados pela INCM, a garantia de funcionamento integral dos sistemas e serviços em produção, sem perdas de funcionalidade, níveis de capacidade, desempenho, disponibilidade, segurança, usabilidade, compatibilidade e integração com produtos e serviços terceiros existentes, bem como a capacidade de utilização desses mesmos serviços por parte dos utilizadores finais, responsáveis pela gestão e administração dos sistemas associados a esses mesmos serviços e respetivas equipas de desenvolvimento dos serviços.

Cláusula 29.^a

Nível de serviço

1. O adjudicatário deve proceder à disponibilização das subscrições de software previstas no contrato, no prazo máximo de 5 (cinco) dias após solicitação. Este prazo aplica-se também à disponibilização de quantidades adicionais dos produtos, no mesmo âmbito, que possam, eventualmente, vir a ser adquiridos durante a execução do contrato.



IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.
AVENIDA DE ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA
1000-042 LISBOA | PORTUGAL

T +351 217 810 700
WWW.INCM.PT

CAPITAL SOCIAL € 30 000 000
NIPC 500 792 887
CRC LISBOA



2. Na eventualidade de migração decorrente do cenário de mudança da base tecnológica, previsto no n.º 3 da Cláusula 28.^a, e em caso de incumprimento da garantia de ininterruptibilidade de qualquer um dos serviços, será aplicada uma penalidade de 2% sobre o preço contratual anual por hora de ininterruptibilidade.

Cláusula 30.^a

Responsabilidade

1. O adjudicatário assume a responsabilidade, por si e pelos técnicos seus funcionários ou colaboradores, pela perfeita adequação dos trabalhos a realizar aos fins a que se destinam.
2. O adjudicatário é responsável por todos os atos e omissões dos quais possam resultar prejuízos para a INCM ou para terceiros, incluindo os praticados através de ação ou omissão dos seus funcionários ou colaboradores, independentemente do vínculo contratual existente, ainda que tais atos ou omissões sejam praticados contra ordens ou instruções que o adjudicatário lhes haja transmitido.
3. Na eventualidade de migração decorrente do cenário de mudança da base tecnológica, previsto no n.º 3 da Cláusula 28.^a, o adjudicatário é responsável perante a entidade adjudicante por qualquer indemnização que esta tenha de pagar a terceiros e por quaisquer pedidos, processos, danos, custos, perdas e despesas em que a INCM incorra, na medida em que tal resulte de dolo, negligência, incumprimento ou cumprimento defeituoso por parte do adjudicatário de qualquer das obrigações assumidas no contrato.
4. Se a INCM tiver de indemnizar terceiros, ou proceder ao pagamento de custos ou despesas de qualquer natureza, com fundamento na violação de obrigações do adjudicatário, goza de direito de regresso contra este último por todas as quantias despendidas, incluindo as despesas e honorários de mandatários forenses.

Anexos ao Caderno de Encargos

Fazem parte integrante do presente caderno de encargos para todos os devidos efeitos os seguintes documentos:

- a) Anexo I – Regras das Boas Práticas de Ambiente, Segurança e Higiene no Trabalho, nos termos do artigo 14.º;
- b) Anexo II (GB) – Garantia bancária a que se refere o n.º 5 do artigo 6º;
- c) Anexo n.º III “Acordo de Subcontratação”

Imprensa Nacional – Casa da Moeda, S.A.

Pela Administração,